

Cidades

daodiodiarios.com.br
1909-1984-2019 OCT 29 08:03:20 81

CONCESSÃO. Após reclamações e sessão abandonada, Câmara debaterá o centro

Futuro do CAT deve ser votado ainda hoje



Em 16 dias, o PL correu por três divisões, uma secretaria, procuradoria, um gabinete e a Diretoria Legislativa. Após abandono de sessão, segunda discussão deverá ocorrer nesta terça-feira

Vereadores abandonaram sessão e interromperam discussão antes do CAT ser votado

Após discussões sobre 'pena', abandono de sessão e uma autorização legislativa aprovada em caráter de urgência, o futuro do Centro de Atividades Turísticas (CAT) da Ponta da Praia deve ser decidido hoje (29) pelas votações na Câmara de Santos.

Discutida em janeiro deste ano a modernização da rua da Ponta da Praia foi autorizada pela administração municipal por meio de uma 'resolução' na sessão do último mês de novembro de um novo Mercado de Pesca junto com a reforma do Deck do Pescador e da Ponta da Praia, além do CAT.

Ainda durante o primeiro trimestre de 2019, a Prefeitura de Santos admitiu que o CAT seria administrado pela administração pública. Meses depois, entretanto, a ideia inicial acabou mudando e o projeto-piloto Paulo Alexandre acabou decidido sobre o espaço à iniciativa privada.

A primeira aprovação do CAT na pauta da Câmara de Santos aconteceu no dia 14 de setembro deste ano, quando o projeto de lei nº 200/2019, de autoria do Executivo, foi apresentado durante a 17ª sessão ordinária. Em 16 dias, o PL correu por três divisões: a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, a Secretaria Legislativa, a Procuradoria, a Diretoria de Apoio ao Executivo, o Conselho de Constituição e Justiça, o Gabinete do Presidente da Câmara e a Diretoria Legislativa.

Em pouco mais de um mês, o projeto de lei chegou à Câmara de Santos, o que gerou insatisfação e reclamações entre alguns dos vereadores.

"Sou a favor da concessão, mas não dessa forma. A pressão do tempo não basta que se faça uma sessão. Esse assunto poderia ter sido feito um ano atrás para não haver esse drama. É difícil dar consenso de apoio numa reunião", afirmou Sádão Nakai durante a primeira discussão ocorrida no dia 21 de outubro e que aprovou o PL por 16 votos a favor, dois contra e duas abstenções.

Apesar da aprovação em primeira discussão e das reclamações dos vereadores sobre a pressão para aprovar o projeto de lei, o CAT se deu em um período próximo do abandono de sessão apenas três dias depois para a segunda, e definitivamente discutido no plenário. O que serviu ao Casa no dia 24 de outubro, porém, foi algo ligeiramente mais surpreendente.

Os debates sobre o projeto de lei foram interrompidos por uma sessão abandonada.

Projeto de lei foi votado para segunda discussão apenas três dias depois de ir ao plenário pela primeira vez apesar das reclamações de vereadores

discussões começaram por volta das 18h e a ordem do dia da 17ª sessão ordinária anunciou discussões sobre três projetos de lei de autoria do Executivo, sendo o primeiro deles o projeto de lei nº 200/2019, de autoria do Executivo, que trata da concessão de uso de espaço público para a construção de uma praça com equipamentos de lazer e recreação.

A discussão sobre a concessão do CAT à iniciativa privada em o mesmo dia da lei, mas logo após as atividades da Câmara foram encerradas muito antes disso, ainda durante o debate sobre o segundo projeto de lei a ser votado na noite.

Quando os vereadores discutiram o texto final do projeto de lei nº 200/2019, membros da mesa diretora notaram a ausência de alguns colegas e não quiseram interromper a sessão para saber se havia falta de quórum suficiente para prosseguir com a sessão.

Apesar disso, foram realizadas apenas duas votações no plenário e todas as atividades foram encerradas na sequência. O projeto de lei que prevê a concessão do CAT à iniciativa privada precisou de ao menos 1/3 dos votos positivos da Câmara para ser aprovado. Devido a esse fato e ao período facultativo de duas semanas (20), a votação do PL nº 200/2019 ficou para hoje.

Caso seja aprovado, a segunda discussão do projeto de lei voltará a tratar do Executivo para receber sanção de Paulo Alexandre Barbosa. Em seguida, uma lei municipal deverá ser encaminhada para definir a empresa que será dona do CAT por um prazo de até 30 anos.

EQUIPAMENTO

Segundo informa o portal da Prefeitura de Santos, o Centro de Atividades Turísticas se trata de um equipamento que consistirá em mobiliário, instalação de lâmpadas e estruturas para conservação de obras, além de sala de apoio. Terá ainda um heliponto na cobertura e apoios para cobrir as estruturas. A área de construção de atividades será construída uma praça com equipamentos de lazer e recreação turística. A criação do Projeto de Lei, segundo a Prefeitura, se deu após alegações de que a administração municipal não possui condições de administrar o CAT, que está sendo construído pelo Grupo Mendes. (daodiodiarios.com.br)

Aponte o celular para o QR Code e em segundos para todo o anúncio.

INOVA EDUCAÇÃO

Professor, acesse e faça parte: nova.educacao.sp.gov.br

Chegou Inova Educação. O programa que vai transformar a rede estadual. Queremos Professores e alunos atuando lado a lado, com melhores condições e novas atividades.

Inova Educação. Transformação de hoje. Inspiração pro amanhã.

nova.educacao.sp.gov.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sem sinalização. O vereador Manoel Constantino (PSDB) lamenta e admite que, quando o assunto é trânsito, os serviços corriqueiros de manutenção e zeladoria não estão sendo executados pela CET com o devido carinho que a Zona Noroeste e os Morros merecem. Segundo o vereador, ao andar pelos bairros destas regiões "observasse o abandono com relação à ações efetivas da companhia de trânsito para melhorar a orientação e a sinalização do trânsito nestas comunidades".

Quem avisa... Constantino lembra que a Câmara tem protocolado inúmeros pedidos que não ecoam nos ouvidos dos diretores da CET e critica as respostas dadas as proposições encaminhadas pelos vereadores, 'onde cerca de 80% ou mais', recebem como indagação padrão: 'que os técnicos concluíram pela inviabilidade do atendimento'.

...amigo é. Para o 1º vice-presidente da Câmara, 'até para um leigo a percepção do desleixo é nítida': Ruas sem sinalização de solo e as verticais apagadas ou subtraídas; lombadas sem pintura e mal conservadas; em alguns cruzamentos: ausência de semáforos para carros, bicicletas e pedestres; falta de demarcação de faixas para travessia de pedestres; placas de sinalização aérea ilegíveis pela quantidade de sujeira e as denominativas inexistentes ou danificadas; dentre outros problemas.



TRIBUNA LIVRE

RUI DE ROSIS. Presidente da Câmara Municipal de Santos.

Escola do Legislativo e da Cidadania

A Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, criada em 2003, tem como objetivo consolidar um novo segmento no universo educacional brasileiro: a Educação no Legislativo. Pode-se dizer que sua missão está sendo cumprida rapidamente. De cinco escolas instaladas no Brasil, naquele ano, hoje já são cerca de 150, em pleno funcionamento em todas as Assembleias Legislativas, Tribunais de Contas e Câmaras Municipais.

Santos inicia, neste ano, a sua Escola do Legislativo e Cidadania, importante conquista que, com a cessão da Escola Acácio de Paula Leite Sampaio, pelo Executivo, terá sede própria, uma grande vitória para preservarmos um belíssimo patrimônio, e que sinaliza o potencial deste trabalho. Mostra que o Poder Legislativo santista está focado em renovação e modernização, através da capacitação de servidores, parlamentares e, especialmente, pela formação política para jovens e lideranças comunitárias, transformando a Câmara na verdadeira Casa do Povo e gerando pertencimento.

Antes, as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas se limitavam a processos simplificados de treinamentos e cursos. Hoje, muitas têm escolas credenciadas para oferecer cursos de

especialização e até de mestrado. Por outro lado, vemos servidores fortemente estimulados a voltar a estudar ou a ampliar seus conhecimentos e habilidades, o que refletirá na melhoria do serviço prestado aos cidadãos. O controle social das contas públicas também ganha importância pelo expressivo avanço e fortalecimento das Escolas dos Tribunais de Contas dos Estados.

Esta nova Mesa Diretora, alinhada com todas essas mudanças, implantou a Justiça Restaurativa, a Ouvidoria, a Controladoria Interna, o Plano de Carreira do Servidor e uma moderna Reforma Administrativa, e agora se integra a um projeto que é um movimento nacional, com objetivo de envolver os estudantes e a sociedade em geral, na vida parlamentar das Câmaras Municipais. Esta educação política é fundamental para o exercício pleno da cidadania. Queremos uma nova geração de parlamentos brasileiros, em todas as suas esferas, e cidadãos capacitados a exercer a fiscalização e o controle de forma direta ou por intermédio dos Conselhos Municipais. E isto é extremamente gratificante.

Iniciaremos neste mês de novembro com cursos EAD e presenciais, com foco no aprimoramento dos agentes políticos, assessorias, servidores e com participação direta da comunidade. Esta

missão foi confiada a uma educadora santista, que traz sua experiência na implantação de outras Escolas Legislativas na nossa região. Em breve, apresentaremos a programação aberta a toda comunidade e, desde já, caminhamos para implantar um ousado programa de integração com as universidades para a colaboração de propostas de soluções para os desafios de nossa cidade, como o Prêmio Legislativo Santista, que incentivará os jovens universitários a trabalharem de maneira multidisciplinar, para pensarem a cidade que querem morar com mais equidade e qualidade de vida para todos. Eles apresentarão suas propostas ao Legislativo e ao Executivo. Queremos estimular e reconhecer ideias inovadoras e atuarmos ainda mais junto da nossa comunidade.

Nessa perspectiva, torna-se possível o sentimento de pertencimento da população ao Poder Legislativo, legitimando seus representantes, refletindo suas necessidades e vontades, pois como diz Weber: "somente quando o sentimento de pertencimento ao mesmo grupo se manifesta nas pessoas nasce uma relação comunitária."

A Escola do Legislativo e Cidadania de Santos é de toda a sociedade!



Marcação cerrada

Diante dessa situação, o Comesp instituiu uma comissão para fiscalizar as contrapartidas oferecidas pelos clubes. O grupo espera que as secretarias municipais de Esportes e de Educação possam fazer melhor uso do que é ofertado pelas instituições e até mesmo, se possível, utilizar os salões sociais.

O retorno

O assistente social e professor em Radiologia Médica João Neri (PSD) está de novo exercendo a atividade de vereador na Câmara de Santos. Esta é a terceira passagem dele no Legislativo, desde o ano passado.

Expectativa

Segundo suplente na coligação formada, em 2016, pelo PSD e PTB, Neri está desde a última quinta-feira no lugar do líder do Governo, Adilson Júnior (PTB), e deverá apresentar alguns trabalhos na sessão de amanhã. O titular retornará ao cargo ainda esta semana.

Novo partido

Candidato pelo PSOL a deputado estadual, em 2014, e a prefeito de Guarujá, em 2016, Jonatas Nunes está militando em um novo partido. Desde o início deste mês, ele é o presidente do diretório municipal do PDT e tem a missão de reestruturar a legenda na Cidade.



Agora é lei

O prefeito de Cubatão, Ademário Oliveira (PSDB, foto), sancionou na última semana a Lei 4.048/2019, que assegura às gestantes o agendamento, por telefone, das consultas médicas nas unidades de saúde do Município.

Vida facilitada

A proposta é de autoria do vereador Rodrigo Ramos Soares, o Rodrigo Alemão (PSDB). A ideia do tucano com essa medida foi facilitar a marcação de exames para as futuras mães que têm dificuldades para se locomover até um equipamento público.

Medida arbitrária

O deputado estadual Carlos Gianazi (PSOL) ingressou com representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) para denunciar os abusos cometidos pelo Con-



Santos quer programa para apoiar afroempreendedores

Projeto de incentivo ao empreendedorismo direcionado para afro-brasileiros foi votado e aprovado em segunda discussão

» A cidade de Santos pode passar a contar nos próximos meses com um programa de incentivo ao empreendedorismo direcionado para afro-brasileiros. O projeto de lei foi votado e aprovado em segunda discussão durante sessão ordinária e agora seguirá para as mãos do Executivo para receber aprovação ou veto.

Apresentado pela primeira vez em maio, durante sessão, o projeto de lei 120/2018, que foi posteriormente submetido aos departamentos competentes para analisar sua viabilidade, prevê a criação do

Programa Municipal Santos Afroempreendedor.

De autoria do vereador Chico Nogueira (PT), o projeto de lei tem como objetivos: desenvolver estratégias e ações para o fortalecimento e desenvolvimento dos empreendedores afro-brasileiros nos segmentos cultural, artístico, turístico e estético.

O processo prevê a promoção e o fortalecimento do empreendedorismo em terreiros de umbanda e candomblé além de ter a intenção de promover ações que desenvolvam a conscientização e a mobilização da população

afrodescendente que visem à igualdade de participação no mercado de trabalho.

A Comissão Especial de Apoio ao Empreendedor deverá ser criada pelo Executivo e será composta por representantes de secretarias municipais e representantes de entidades da sociedade civil que tenham dentro seus objetivos estatutários afinidade com os temas abordados pelo programa devendo se reunir periodicamente para realizar acompanhamento e cumprimento de objetivos.

“Esse programa visa estimular e desenvolver ações



NAIR BLUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Projeto de Lei de Nogueira quer apoiar afroempreendedores em diversas áreas, incluindo na parte cultural e esportiva

de informações para que os empreendedores possam ter orientação para poder abrir seus próprios negócios. Grande parte desses empreendedores negros se encontram em áreas carentes da nossa cidade onde o acesso à informação

é muito escasso, então esse programa é muito importante para que possamos socializar as informações e lhes dar até mesmo direitos de buscar financiamento para a abertura de uma micro empresa porque muitas pessoas não têm

essa informação”, explica Chico Nogueira.

Durante seu discurso na Câmara, o vereador lembrou dos trabalhos realizados pelo Educafro, que se trata de um movimento social de inclusão da população afrodescendente e de baixa renda nas universidades. Em São Paulo desde 1997 o projeto criado na Bahia visa reunir voluntários com a finalidade de possibilitar mobilidade social e empoderamento.

“O Educafro deu muito certo e nosso programa vem num pleito muito similar. Queremos dar informação e socializar todos seus direitos do afroempreendedor para que ele se capacite. Uma comissão especial ficará responsável para cumprir todos os objetivos estabelecidos. Precisamos fomentar o emprego e levar as pessoas a produzir suas próprias rendas”, conclui.

O PL foi enviado ao prefeito. (LG Rodrigues)

SUBTERRÂNEO. Projeto pretende obrigar empresas a usar cabos debaixo da terra

PL quer tirar fios dos postes de Santos

Um projeto de lei complementar que tramita na Câmara de Santos quer acabar com os fios de energia elétrica e de empresas de telecomunicação que ficam expostos entre os postes para tentar atualizar a infraestrutura do município e melhorar o paisagismo.

Apresentado originalmente durante sessão ordinária em fevereiro de 2018, o projeto de lei é de autoria do vereador Braz Antunes Mattos Neto. Em seu PL, o edil afirma na justificativa que está empenhado desde 2005 para que as empresas que utilizam cabearamento em postes passem a enterrar os equipamentos para deixar a paisagem de Santos menos poluída.

"Santos tem o título de estância balneária pela presença de praia como atrativo turístico natural, mas a cidade apresenta infraestrutura datada do século passado, que exige urgente modernização", afirmou o vereador em seu projeto de lei.

Nas tratativas, Braz defende que as empresas deverão investir na redução da ocupação do espaço aéreo de modo a propiciar aumento de área verde ao mesmo tempo em que deverão garantir que sejam evitados eventuais acidentes e minimizam interferências no meio urbano.

O projeto de lei também pretende instituir a obrigação das empresas prestadoras de serviços públicos, concessionárias, permissionárias ou equiparadas, que operem com distribuição de energia elétrica e telecomunicações nas vias públicas da zona urbana de Santos a atualizar permanentemente o cadastro de suas redes de distribuição e instalação junto ao Departamento de Gestão da

Tecnologia da Informação e Comunicações do município.

O vereador ainda descreve que tem como objetivo obrigar as empresas a providenciar a redução do número de fios ao ar livre e eliminar todo o cabearamento solto, desnivelado, fora de uso ou excedente. No caso de vias arborizadas, os equipamentos também deverão ser mantidos estendidos e devidamente isolados da vegetação.

Na questão do cabearamento subterrâneo, Braz pretende impor prazos às empresas. Inicialmente, elas ficarão responsáveis por providenciar o embutimento mínimo de 10% de suas redes aéreas no prazo de cinco anos, 20% no período de 10 anos e 30% em até 15 anos. O projeto de lei ainda complementa as informações afirmando que deverão ser priorizados os locais de interesse histórico, comercial e turístico.

Até o momento, todos os pareceres recebidos pelo projeto de lei complementar foram favoráveis. Apesar disso, Braz apresentou um substitutivo durante a sessão ordinária do dia 17 de outubro com o objetivo de deixar todo o processo mais claro para que o PL possa continuar sendo prosseguido por todas as comissões que ainda deverão analisar o pedido do edil. Durante o debate, o vereador Ademar Pestana aproveitou o momento para se manifestar de maneira positiva.

"Eu estava com um empresário de São Paulo que vai abrir uma empresa sua na região do Gonzaga e passando pela Floriano Peixoto analisamos que de fato fica muito feio os fios expostos da maneira como estão e se este projeto de lei puder de



Vereadores querem acabar com fios em postes para tornar a paisagem menos poluída em ruas e avenidas de Santos



De acordo com projeto de lei, locais históricos deverão receber primeiro as intervenções urbanas

Em seu projeto, Braz destaca que uma cidade que se coloca como atrativa ao turismo não pode ter infraestrutura datada do século passado como está atualmente

fato prosperar, a cidade ficaria muito bonita", afirmou.

O descumprimento das disposições previstas na lei complementar poderá render multas de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil às empresas. Com o parecer positivo sobre o substitutivo, o projeto de lei atualmente se encontra com a diretoria legislativa após ter recebido pareceres favoráveis da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), Comissão de Obras e

Serviços Públicos (COSP) e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

Antes de ser enviado ao prefeito Paulo Alexandre Barbosa, entretanto, o projeto de lei ainda deverá ser submetido a duas discussões no plenário da Câmara. Ainda não há prazo, entretanto, para quando a primeira discussão deverá ocorrer entre os edis. (LG Rodrigues)

DOIS EM UM

PL conta com um anexo

Junto ao projeto de lei complementar de Braz, a Câmara acabou anexando uma proposição do vereador Antônio Carlos Banha Joaquim, que dispõe sobre o uso de redes de infraestrutura exclusivamente subterrânea para transmissão de energia elétrica, telefone, comunicação de dados via fibra óptica e outros cabearamentos similares em novos parcelamentos de solo.

A proposta de Banha pretende impor as novas regras de cabearamento subterrâneo a concessionárias que operam distribuindo energia elétrica, telefonia fixa, banda larga, TV a cabo e demais redes não mencionadas e/ou correlatas que utilizem cabearamento aéreo. O PL anexado ainda propõe que todo o cabearamento deverá ser passado sob as calçadas com a finalidade de facilitar eventuais reparos que possam ser necessários.



Manchas de óleo está no radar das autoridades locais

O secretário de Meio Ambiente de Santos e coordenador da Câmara Temática do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb), Marcos Libório, convocou uma reunião para a próxima terça-feira, às 10 horas, na Prefeitura de Santos, para a avaliação de riscos e de providências, caso as manchas de óleo que já atingiram 225 localidades em mais de 80 municípios brasileiros cheguem às praias da Baixada Santista. O petróleo cru encontrado vem prejudicando a vida marinha e o turismo das cidades do Nordeste. As autoridades do Espírito Santo já estão em alerta, caso a substância, de origem desconhecida, afete o estado. Libório explicou à coluna que nesta semana que já manteve uma conversa com o subsecretário de Estado do Meio Ambiente, Eduardo Trani. Citou ainda que esse cenário já está sendo observado pelo governo paulista. O titular da pasta santista admite preocupação com a chance de as praias da região serem atingidas.

Hora de se planejar

Libório afirmou que, durante a reunião, os representantes do Núcleo de Pesquisas Hidrodinâmicas da Universidade Santa Cecília (Unisant) farão uma apresentação aos secretários. Representantes da Marinha e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também devem participar do encontro.

Dúvida pertinente

Na sessão da Câmara da última quinta-feira, a **vereadora** santista Telma de Souza (PT) demonstrou preocupação com o mesmo assunto e apresentou um requerimento para cobrar informações da Secretária de Meio Ambiente sobre ações preventivas, caso as manchas de óleo apareçam na Cidade.

Descaso total

A ex-prefeita entende que o Governo Federal foi omissivo e teve uma atuação desastrosa ao tratar dessa questão. "As manchas de óleo começaram a ser identificadas há 50 dias e nenhuma providência foi tomada até agora", desabafou.



Obra fundamental

O deputado estadual Caio França (PSB - foto) apresentou, nesta semana, emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente a 2020 para que sejam reservados R\$ 40 milhões a fim de viabilizar as obras de recuperação da Ponte A Tribuna, a principal ligação viária entre as áreas Continental e Insular de São Vicente.

Região esquecida

O socialista justificou que a única previsão de investimento para a Baixada Santista que consta no orçamento paulista do próximo ano é para a continuidade da im-